

A RESISTÊNCIA E O DESPRIVILÉGIO NO ESPAÇO RURAL CEARENSE

José Levi Furtado Sampaio¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar os dados sobre a reforma agrária no Ceará até 1998 e as informações do Censo Agropecuário de 1996, publicados pelo IBGE. Analisamos os resultados associados à necessidade de abastecimento alimentar e a perspectiva de ampliação do agronegócio. Outro aspecto discutido é o declínio na produção pecuária, agricultura e fruticultura.

ABSTRACT

The goal of the work is to present the data about the agrarian reform in the state of Ceará until 1998 and the information obtained in the agro-cattle raising courses of 1996, published by IBGE. We have analyzed the results associated to the necessity of food supply and the perspective of enlargement of the agrarian business. Other aspect that was discussed was the decline in the production of cattle-raising, agriculture and fruit cultivation.

O trabalho objetiva apresentar os dados sobre a reforma agrária no Ceará até 1998 e as informações do curso agropecuário de 1996, publicadas pelo IBGE. Além destes aspectos analisamos, de forma rápida, os resultados agropecuários associados à necessidade de abastecimento alimentar.

Das políticas públicas que o governo do Estado do Ceará tem tentado organizar, todavia com bastante dificuldade, é a agropecuária um dos mais significativos vetores para a superação da fome. No entanto, até o momento, todas as ações estatais têm-se revelado impotentes para resolver os problemas do campo.

O processo de reestruturação do campo cearense na perspectiva dos dirigentes do Estado emergente deve seguir o modelo agroindustrial que vem crescendo no país. Para isto, o Estado deve explorar suas potencialidades fruticultoras e estimular a produção de clones e enxertias, técnicas auxiliares do processo de irrigação, objetivando aumentar o plantio, a competitividade e a produtividade.

A inovação do Estado na agricultura consiste na tentativa de mudar a estrutura fundiária, via programa de compras de terras, para garantir aos trabalhadores a escolha de áreas expostas à venda. Após indicação da área a ser comprada, o Estado, através do IDACE e do INCRA, avalia a qualidade e o preço da terra. Obtido o resultado, esta pode ser comprada e repassada para os trabalhadores que terão de pagar, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo programa.

O modelo assemelha-se ao PROTERRA, existente na década de 70, cuja finalidade era financiar a compra de terra. A diferença, hoje, são os critérios para os que desejam comprar a terra, pois os interessados, após localizá-la, se organizam para a compra e posterior assentamento.

¹ Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia da UFC.

O modelo de “Reforma Agrária” iniciado no Ceará é adotado no país e até no exterior.

Nos governos anteriores a 1986, havia preocupação com a questão agrária, limitada, porém, à concepção do Estatuto da Terra. No Ceará, Virgílio Távora criou o ITERCE, vinculado às políticas fundiárias federais e transformado em IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Neste momento, o IDACE apresenta-se mais aberto à realização de políticas estaduais de reforma agrária, existindo maior integração entre os diversos órgãos (INCRA, IDACE e Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA), embora essas relações não sejam tão transparentes.

O empenho do governo estadual em manter um relacionamento de aproximação com os movimentos rurais (sindicatos, associações de trabalhadores, igrejas e MST) tem proporcionado a legitimação da reforma agrária em andamento no Estado e no país.

A ação fundiária no Ceará passa por três caminhos diferentes: primeiro, pelo Projeto São José, que mantém em suas ações comunitárias recursos destinados ao problema da terra. Este projeto firmou 44 contratos oficiais com associações comunitárias, cobrindo uma área de 22.622,59ha. O segundo, representado pela frente de aquisição de terras denominada inicialmente de “Reforma Agrária Amigável”, hoje “Reforma Agrária Solidária” – Cédula da Terra, na seguinte situação: 45 projetos contratados para 883 famílias e área de 32.100,30ha; 24 projetos encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Rural, que beneficiam 346 famílias e uma área de 13.664,86ha; 59 projetos em renegociação de preços, que atenderão a 1.165 famílias, cobrindo uma área de 42.624,89ha, enquanto 22 imóveis rurais encontram-se em tramitação e atenderão 380 famílias, com uma área de 20.226,21ha; 10 imóveis rurais estão pendentes, os quais cobrem 227 famílias e uma área de 6.525,50ha; 26 imóveis foram indeferidos, os quais atenderiam 257 famílias e uma área de 8.007,78ha; 5 imóveis foram aprovados pela comissão do IDACE, envolvendo 224 famílias e cobrindo uma área de 10.712,80ha; por fim, 50 imóveis cancelados, que beneficiariam 801 famílias em uma área de 28.117,70ha. O terceiro caminho é dirigido pelo INCRA, que possui 22.344 famílias cadastradas, cobrindo uma área de 529.595.060ha.

Dentre os Estados brasileiros, o Ceará sobressai por apresentar maior índice de assentamentos rurais e o maior volume de terras negociadas com trabalhadores rurais.

O governo, entretanto, a despeito da nova política fundiária, não conseguiu reduzir a concentração de terras, conforme pode-se observar na tabela 1 e na figura 1.

TABELA 1 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total. Ceará – 1970 e 1995

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (em ha)	PROPORÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (%)		PROPORÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (%)	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	49,0	72,03	3,9	7,0
10 a menos de 100	41,5	22,5	27,5	27,7
100 a menos de 1.000	9,0	5,0	44,3	46,0
1.000 a menos de 10.000	0,5	0,2	20,7	17,5
10.000 e mais	0,0	0,0	3,6	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Conforme os dados estruturais, o latifúndio continua a resistir no Ceará, mesmo diante da nova proposta de reforma agrária, sobressaindo, porém, considerável aumento nos estabelecimentos de menos de 10ha, que passam de 49% em 1970 para 72,3% em 1995, e consequentemente um crescimento da área, de 3,9% em 1970 para 7% em 1995. Na faixa de 10 a menos de 100ha, houve redução de estabelecimentos de 41,5% em 1970 para 22,5% em 1995, enquanto a área passou de 27,5% em 1970 para 27,7% em 1995.

No que diz respeito à área na faixa de menos de 10, houve um aumento de 3,9% em 1970 para 7,0% em 1995. Esse dado indica a ampliação do número de minifúndios e a

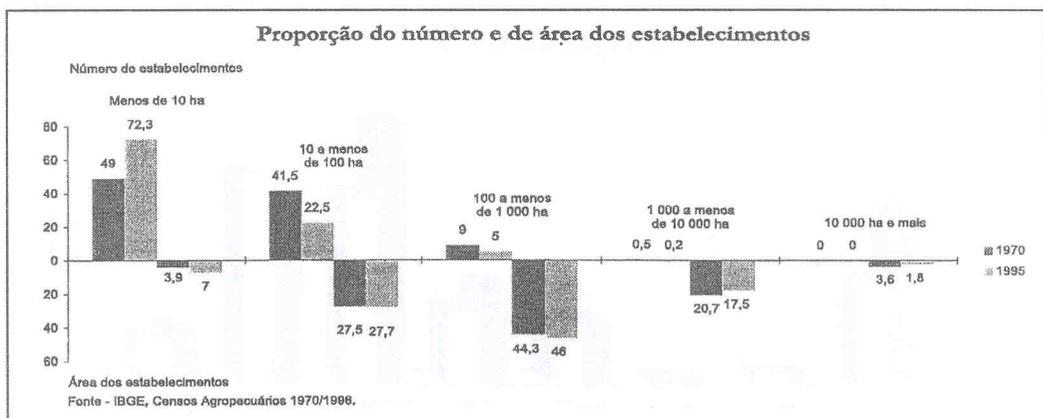


Figura 1 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos.

pressão demográfica sobre a propriedade. Na faixa de 10 a menos de 100ha, ocorreu redução de estabelecimentos de 41,5% em 1970 para 22,5% em 1995 e a área aumentou de 27,5% em 1970 para 27,7% em 1995. O grupo de 100 a menos de 1.000ha reduziu os estabelecimentos de 9% em 1970 para 5 em 1995 e expandiu a área de 44,3% para 46,0%, denotando, assim, um crescimento das propriedades nessa faixa. Na faixa de 1.000 a 10.000ha, também houve redução dos estabelecimentos e da área, embora a diminuição na área não tenha sido tão significativa.

Em associação a esses números estruturais, verificou-se redução no uso da terra, conforme pode-se visualizar na tabela 2 e na figura 2.

TABELA 2 – Dados de uso da terra dos Censos Agropecuários – Ceará – 1985-1996

CATEGORIAS	1985	1995-19
Número de estabelecimentos	324.278	339.60
Área em estabelecimentos	11.009.164	8.963.8
Área aberta	4.568.600	3.280.60
Área em lavouras	2.375.665	1.368.8
Pastagens plantadas	111.917	197.44
Matas plantadas	6.629	24.62
Área em descanso	808.047	760.67
Área produtiva, mas não usada	1.266.342	928.99
Pastagens naturais	3.381.575	2.434.6
Matas naturais	2.436.057	2.700.2
Terras inaproveitáveis	622.932	548.43

Nota: Dados de área em hectares.

Os dados indicam aumento do número de estabelecimentos entre 1985 e 1995-1996. Em 1985, havia 324,3 mil estabelecimentos e em 1995-96 339,6 mil unidades. Quanto à área, houve redução de 11.009,2 mil para 8.963,8 mil ha, ocorrida também nas áreas abertas (áreas em lavouras, pastagens plantadas, matas plantadas, áreas em descanso e área produtiva, mas não usada).

Esse declínio foi determinado por reduções em todos os componentes da área aberta, com exceção da área em pastagens cultivadas, que registrou incremento, embora não muito expressivo. Destaca-se a queda na área em lavouras, de 2.375,7 mil ha em 1985 para 1.368,9 mil ha em 1995. *Mas as estimativas anuais da área cultivada com as principais lavouras do estado revelam que houve considerável retração, depois de 1985, no segmento de lavouras do estado.* (IBGE, 1996:33).

Outro dado declinante no espaço rural do Estado é de pessoal ocupado, porquanto em

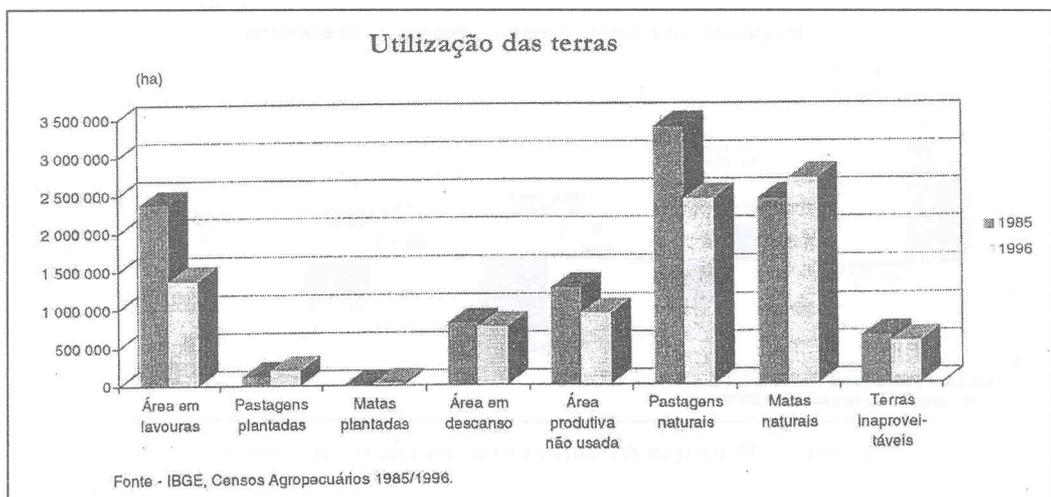


Figura 2 – Utilização das terras

1985 havia 1.271,8 mil pessoas ocupadas, enquanto em 1996 o número foi reduzido para 1.107,7 mil. Esse dado está associado à queda da lavoura. O minifúndio aumentou, absorvendo aproximadamente 745 mil trabalhadores, correspondendo a 63,5% da população ocupada na agropecuária cearense. É importante salientar que 90% desse pessoal ocupado é constituído por pessoas classificadas como responsáveis ou não remuneradas.

Tanto na produção de lavouras temporárias e permanentes do Estado como na área colhida ocorreu substancial declínio (figuras 3 e 4).

Cabe explicar que, mesmo havendo declínio, alguns produtos apresentaram rendimento positivo, em 1996, inferiores aos resultados de 1985. Os exemplos podem ser vistos na figura 5, no caso, o algodão, o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e a banana. O aumento está associado ao processo de modernização verificado na produção. Houve maior aplicação de capital e tecnologia, no entanto esta modernização não se traduziu em melhores condições de vida, nem mesmo da produção.

Ainda em referência à situação agropecuária, vejamos a tabela 3 e a figura 6, que

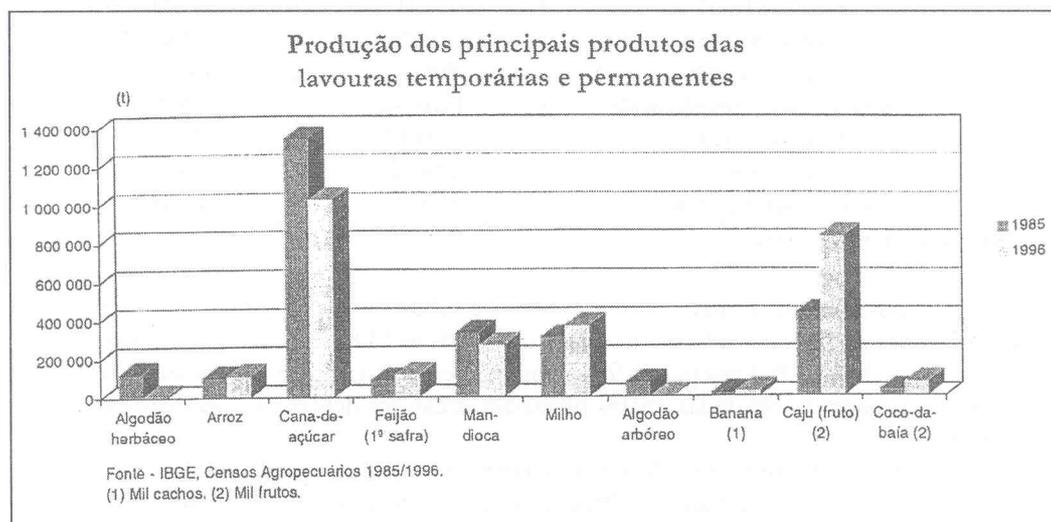


FIGURA 3 – Produção dos principais produtos das lavouras temporárias e permanentes

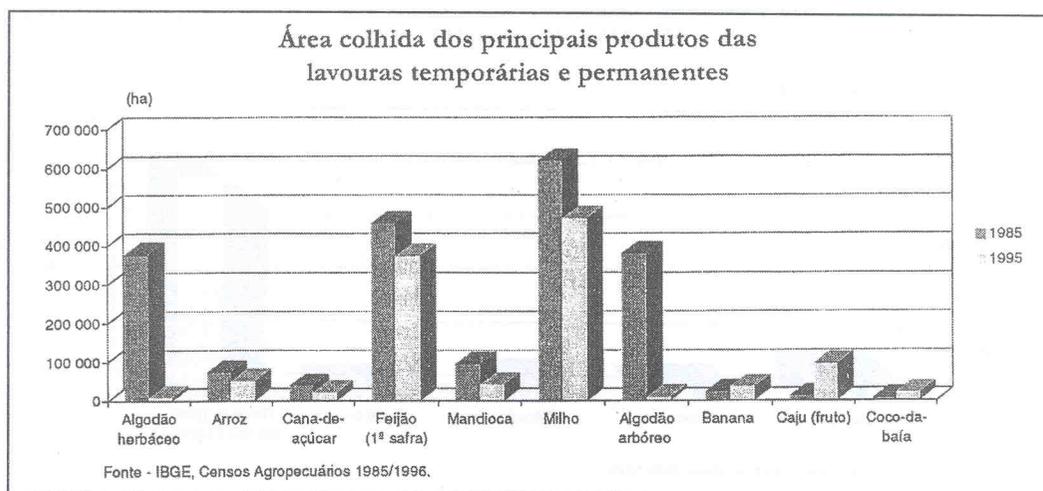


FIGURA 4 – Área colhida dos principais produtos das lavouras temporárias e permanentes

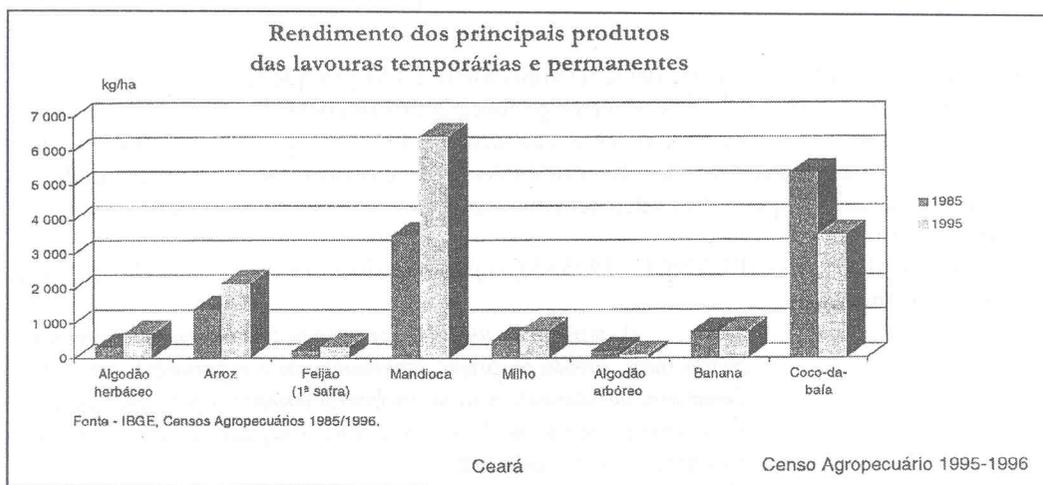


FIGURA 5 – Rendimento dos principais produtos das lavouras temporárias e permanentes

mostram o declínio na agropecuária do Estado. Quanto à avicultura, houve aumento, fruto da ampliação do crescimento do setor, principalmente após a crise na pecuária bovina quando do “Plano Cruzado”, com o conseqüente aumento do número de consumidores de outras carnes. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao boicote feito pelos pecuaristas para manter seus preços acima do recomendado pelo “Plano Cruzado”, provocando o aumento do consumo de frango no País, embora devam-se considerar também a melhoria tecnológica na produção e a expansão do mercado para os estados vizinhos.

TABELA 3 – Efetivos de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, galinhas, galos, frangas e frangos, segundo os Censos Agropecuários – Ceará – 1985 e 1996

EFETIVOS DE	1985	1996
Bovinos	2.475.423	2.382.474
Suínos	1.245.467	1.047.451
Ovinos	1.634.808	1.606.093
Caprinos	986.910	795.690
Galinhas, galos, frangas e frangos	17.728.491	20.690.000

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996.

No que se refere à pecuária bovina, os efetivos foram reduzidos entre 1985 e 1996,

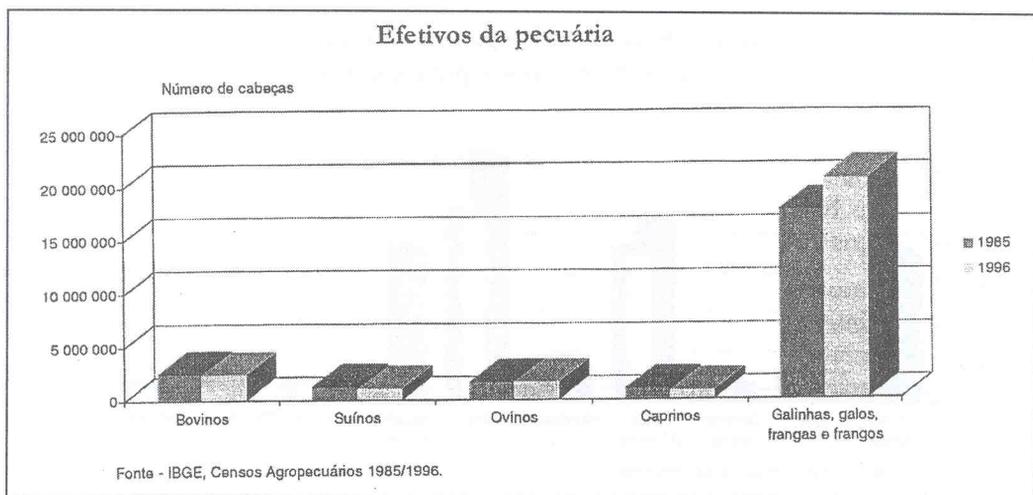


FIGURA 6 – Efetivos de pecuária

conforme viu-se na figura 6. Parte deste rebanho sofreu baixa por queda na taxa de natalidade e um aumento na mortalidade dos bezerros provocada por doenças.

A mortalidade nos bezerros revelou a inexistência de prevenção e de tratamento, principalmente porque este gado é criado semi-intensivamente e concentrado nas propriedades de 100 hectares abaixo, o que indica adensamento e pressão pela escassez de alimentos e água para estes animais.

De acordo com o IPLANCE (1995>5), o declínio do setor agrícola do Estado tem como fator principal:

A ausência de uma política agrícola (desenvolvimento tecnológico, crédito rural, tributação, preços, comercialização e exportação) consistente e duradoura, notadamente para os produtos prioritários e principais geradores de riqueza e emprego no Ceará, tais como o algodão, o café, a lagosta, a mandioca e o milho, entre outros.

Entre 1990 e 1994, o abastecimento alimentar com produtos básicos só atendeu a aproximadamente 60% da demanda estadual, ou seja, 1,7 milhão de toneladas, a qual, segundo as avaliações técnicas, era de 2,2 milhões. Cabe, então, aos produtos importados suprir a demanda de alimentos. Esse processo “agrava ainda mais, obrigando a uma sangria de recursos do estado para viabilizar a importação dos bens escassos” (IPLANCE, 1993:2) e provoca um empobrecimento maior da população.

Novas políticas públicas estão sendo postas como estratégias para dinamizar o setor: são os pólos de desenvolvimento agrícolas e as novas áreas de irrigação públicas e privadas. Além destes aspectos referidos, os comitês de bacias hidrográficas estão discutindo com os usuários a melhor forma de utilizar a água racionalmente no campo.

O assunto apresentado requer análise mais aprofundada, daí não estarmos concluindo-o mas apenas introduzindo uma discussão.

Referências Bibliográficas

IBGE. Censo Agropecuário. Ceará 1995-1996, n.9. IBGE, Rio de Janeiro, 1998. 247p.

IPEA. Plano de combate à fome e à miséria: princípios, prioridades e mapa das ações de governo. Brasília, abril/1993.

IPLANCE, Renda interna dos municípios cearenses, 1985, 1991-95. Fortaleza, 1997.

____. A dependência alimentar do Ceará: alcance e repercussões. Fortaleza, 1993.

____. Coletânea de estatísticas da produção agrícola cearense de 1947 a 1995. Fortaleza, 1995.

____. Os municípios mais pobres do Estado do Ceará – Estudo para identificação. Fortaleza, 1996.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **Justiça social e acumulação capitalista (O PROTERRA)**. Fortaleza: UFC/PROED, 1982.